



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

### MUNICÍPIO DE VINHAIS

#### Acta da Sessão Ordinária realizada em 2007/04/24

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Vinhais no Auditório da Casa do Povo, às quinze horas, e cinco minutos, foi declarada aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

**PRESIDENTE:** Armando António Martins Vara;

**1.º SECRETÁRIO:** Nuno José S. Teixeira da Costa Gomes;

**2.º SECRETÁRIO:** Eduardo Vicente Roxo.

Apresentaram justificação de falta os membros, Senhores Helder Manuel Alves Correia, Octávio Manuel Gonçalves Ferro, António Augusto Gonçalves, Adelino José dos Santos, Romeu Ferreira Beato, Julieta de Jesus Pires.

Faltou sem apresentar justificação o membro, Vicente dos Santos Fernandes, Rui Frederico Garcia Lourenço, pelo que a falta lhes foi considerada injustificada.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

1 – Período de Antes da Ordem do Dia.

2 – Ordem do Dia.

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;

2.2 - Leitura resumida do expediente;

2.3 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

2.4 – Período de intervenções;

2.5 – Proposta da Criação das Empresas Municipais: Turimontesinho e ProRuris, e aprovação dos estatutos;

2.6 – Apreciação de prestação de contas do ano de 2006

2.7 – Pedreira da Moimenta – Reconhecimento de interesse Público Municipal.

3- Período reservado ao público.

O Senhor Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e fez votos para que tudo corresse de forma célebre e com boa disposição no sentido de serem resolvidos os assuntos responsáveis pela presença de todos na Assembleia.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia, questionou os Senhores membros se alguém desejava usar da palavra.

Inscreveu-se a membro Lisete Claro que passou a apresentar a intervenção escrita seguinte:

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Ex.mos Srs Secretários;

Ex.mos Srs Vereadores;

Ex.mos Srs Deputados

Ex.mos Srs Presidentes de Junta

Ex.mas Senhoras

Os tempos mais recentes tem sido férteis em casos de autarquias do interior do país que se socorrem de expedientes diversos para tentar estancar o despovoamento galopante com que são confrontados a cada dia que passa.

Primeiro as Câmaras Municipais, depois as Juntas de Freguesia, todos se esforçam para perder o menor número de pessoas e se possível aumentar a população.

As Câmaras Municipais, não se podem resignar a ter que fazer aquilo que está ao seu alcance. Implementando medidas que ajudem quem ali pretende continuar a viver, mesmo lutando com algumas dificuldades, tais como: Serviço de Urgência fechado, Escolas fechadas, Serviços Públicos fechados.

Todos nos sabemos, que as políticas do governo são discriminatórias centralizando tudo no litoral, onde se encontra a riqueza.

É função das autarquias do Interior, lutar contra isto, mesmo tratando-se de uma luta aparentemente inglória.

Vários países europeus, com baixa natalidade, tem atribuído subsídios de nascimento; Licenças de maternidade, ajuda na educação, entre outros.

Por exemplo o governo Alemão, desde 1 de Janeiro de 2007, atribui um subsídio de natalidade que poderá ir até aos 25000 €

França tem entre outros benefícios, um subsídio de 830 € por nascimento mais 166 € mensais, por um período de 3 anos, creches gratuitas, descontos em restaurantes e cinemas, em supermercados, transportes públicos, etc.

Portugal continua a não assegurar a Renovação de Geração e o Défice de Nascimento ronda os 55000 por ano.

Embora subsídios muito inferiores aos atribuídos na Alemanha, o apoio ao nascimento começa a ser uma prática comum nos concelhos mais atingidos pelo flagelo desertificação.

Chamo então, atenção do Sr. Presidente, para a necessidade de combater a desertificação e o envelhecimento da população.

Em meu entender, um dos maiores problemas deste concelho é que não tem merecido qualquer atenção por parte desta autarquia.

Como por exemplo, os Incentivos poderiam ser os seguintes:

- Atribuição de um subsídio com os seguintes montantes:
  - 500 € para o nascimento do 1.º filho;
  - 1500 € para o nascimento do 2.º filho;
  - 5000 € para o nascimento do 3.º filho.
- Desconto no aluguer do contador e consumo de água;
- Transportes colectivos gratuitos para crianças e seus progenitores;
- Acesso gratuito aos Serviços de Saúde, assegurando-lhe transporte também gratuito;
- Descontos em despesas relacionadas com a alimentação e produtos de higiene da criança;
- Oferta de material didáctico às crianças;
- Isenção de IMI e taxas camarárias, por um período de 5 anos;
- Taxa reduzida de Iva a 5%, para as empreitadas respeitantes a construção nova e/ou reabilitação de Imóveis, desde que iniciadas no período compreendido entre os 4 meses anteriores ao nascimento e os 2 anos seguintes;
- Estacionamento reservado a grávidas e/ou mães de crianças com idade inferior a 4 anos;

- As Câmaras Municipais não se podem resignar e têm que fazer tudo o que está ao seu alcance.

Evidentemente estas políticas, por si só, terão resultados provisórios e insuficientes, se não houver alteração a nível de estruturas económicas geradoras de emprego e que permitam consolidar a qualidade de vida.

Assim. Deixo à consideração de V.Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a assunção deste tema como prioritário e de muita importância para no nosso concelho”.

Não havendo mais intervenções passou-se de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

## 2 – Ordem do Dia.

### 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores membros se alguém pretendia intervir neste ponto. Ninguém manifestou intenção de intervir.

A acta foi posta a votação e aprovada por maioria com quatro abstenções.

### 2.2 - Leitura resumida do expediente

O Senhor Presidente da Assembleia passou a citar alguns temas de correspondência recebida pela Assembleia, e aproveitou o momento para relembrar que toda a correspondência recebida está disponível para consulta na sede da Assembleia Municipal.

### 2.3 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

Exm<sup>o</sup> Snr.

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários da Mesa

Senhores Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e

Demais senhoras e senhores deputados municipais

Apresento a V<sup>as</sup> Ex<sup>as</sup> os mais respeitosos cumprimentos.

Terminado o Inverno, as condições climatéricas permitem agora que todos os trabalhos se desenvolvam com normalidade e a bom ritmo. Assim e fazendo referência ao mapa de execução de obras é de realçar alguns aspectos.

É com satisfação que anuncio que a recuperação da Casa da Vila e adaptação para ficar ao serviço do Parque Natural de Montesinho e Centro de Interpretação da Natureza já foi adjudicada à empresa Sincof que está neste momento a montar o estaleiro. A obra deve começar para a semana e tem prazo de execução até ao final do presente ano.

E quando digo que é com satisfação que faço este anúncio, garanto-lhes que é mesmo com satisfação. É que não é fácil assistir calmamente à destruição de um património que não está a ser utilizado há mais de 40 ou 50 anos, que é adquirido pelo Estado há mais de 10 anos e sem que nenhum destino lhe seja dado, a não ser o ter servido de abrigo a ratos e silvas.

Felizmente isso acabou. Graças a um protocolo celebrado com o Governo através do Ministério do Ambiente, a casa da Vila vai em breve, voltar a ter a dignidade que merece e contribuir para a recuperação e embelezamento da Vila e do concelho.

O Centro Rural de Rio de Fornos e o Parque Biológico estão em adiantado estado de execução e devem ser inaugurados nos meses de Verão.

A construção do pacote das seis ETARs em Tuizelo, Edral, Vilar de Peregrinos, Candedo, Vilar Sêco e Passos já se iniciou.

Continuamos a colocar contadores, disponibilizando duas equipas e que mais nada farão até colocar todos os contadores que falta colocar.

As obras no Parque Verde, no Parque de Estacionamento na Praça do Município prosseguem a bom ritmo, bem assim como os passeios na rua principal da Vila.

Também as obras no Largo do Arrabalde já se iniciaram.

Estão praticamente terminados os arruamentos em Valpaço e Sobreiró de Cima. O mesmo se diga em relação à repavimentação da estrada entre Curopos e Vale de Janeiro.

Continuamos a beneficiar, conservar e ampliar os arruamentos por várias aldeias, bem assim como as obras de melhoramento e reforço de abastecimento de água.

Os trabalhos de requalificação na Estrada Municipal 1015 entre Vinhais e o cruzamento de Vila Boa começaram agora com outra empresa.

Tudo o resto está explicitamente consagrado no mapa de obras que a todos foi enviado.

Da nossa ordem de trabalhos faz parte ainda a criação de duas empresas municipais e a prestação de contas do ano de 2006.

Porque estes pontos tratarei autonomamente, uma palavra para o recente acordo celebrado entre o Município e a Administração de Saúde do Norte.

Infelizmente como era meu desejo, pretendia que o acordo tivesse sido previamente apreciado no âmbito da Assembleia Municipal, mas não foi possível.

O calendário imposto pelo Senhor Ministro da Saúde não permitiu que tal acontecesse nem aqui nem em qualquer outro concelho do Distrito.

O acordo está feito, assinado e aprovado na Câmara Municipal através de uma posição unânime de todos os Vereadores.

Penso que chegámos a um bom acordo, que interessa a ambas as partes e que traz benefício para a população.

O Ministério da Saúde não pretende com esta reforma, nos serviços de atendimento dos Centros de Saúde, poupar dinheiro. O que o Governo pretende é dotar a região e disponibilizar a todos os utentes melhores e mais eficazes meios de tratamento de socorro e de Saúde.

O nosso Centro de Saúde e bem assim como todos os outros do Distrito continuam abertos, com uma diferença: é que a partir de agora e durante a noite o médico fica à chamada.

Foi um sistema que já funcionou em Vinhais noutros tempos e sem apresentar qualquer problema tal como funciona hoje por ex. em Freixo de Espada à Cinta.

No entanto é de realçar que foi consagrado no protocolo a Unidade de Cuidados Continuados.

Termino comunicando a situação financeira da Câmara

- Dotações Orçamentais – 1.264.276,03 €

- Dotações não Orçamentais – 662.226,79 €

Aproveito e com toda a honra, convidar V<sup>a</sup>Ex<sup>a</sup> para assistirem logo à noite a um espectáculo musical alusivo ao 25 de Abril intitulado “ As Canções do Zeca” que vai ter lugar neste Auditório”.

Sobre a questão das festas do 25 de Abril, referiu que não irá haver grandes festas, porque pelo que tem vindo a acontecer nos últimos anos não tem resultado muito bem, porque é altura de muito trabalho e as pessoas estão ocupadas.

Quanto à intervenção da membro Lisete Claro, referiu que a sua intervenção esteve bem intencionada, compreendeu-a bem, mas para a qual não existem ainda “varinhas-mágicas” para resolver todos os problemas.

A desertificação acontece também nos outros países da Europa é um percurso difícil de inverter. Elogiou as medidas propostas, com algumas discordâncias no subsídio prestado até ao terceiro filho. Terminou agradecendo a intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores membros se mais alguém pretendia intervir. Ninguém manifestou intenção de intervir.

2.4 – Período de intervenções;

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores membros se alguém pretendia intervir neste ponto.

Inscreveu-se o membro António Miguel, que começou por cumprimentar todos os membros presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que se tem vindo a fazer obras no concelho e na sede do concelho, especialmente.

Referiu que em Diário da República saiu uma listagem de obras adjudicadas pela Câmara em dois mil e seis. Sobre esta questão adiantou que estão presentes nove obras adjudicadas em dois mil e cinco. Referiu ainda que compreende que o Senhor Presidente da Câmara no desempenhar das suas funções não tenha tempo para reparar minuciosamente nestes aspectos, por esse motivo pensa que será mais um problema de assessoria. Nas nove obras referidas afirmou estarem três milhões e meio de euros, considera por isso que deverá ser corrigido, no caso de realmente ter sido um lapso.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara onde pediu que lhe fosse facultada a referida listagem, para alencar quais as obras que estão a mais e a menos. Sem o nome das obras não poderá dizer se estão correctas ou se estão erradas.

O membro António Miguel tomou novamente a palavra para referir que na próxima reunião da Assembleia trará a listagem das obras adjudicadas, para confirmação.

2.5 - Proposta da Criação das Empresas Municipais: Turimontesinho e ProRuris, e aprovação dos estatutos;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, na qual esclareceu que este assunto, como toda a gente sabia, já não é novo.

Na assembleia realizada antes do final do ano tiveram a oportunidade de criar estas duas empresas.

Relembrou que, não é novo para ninguém que alguns elementos puseram em causa alguma legalidade no sentido de apresentação deste assunto, por quanto não lhes teria sido apresentado a tempo e horas, os instrumentos que instruíam a proposta. Relembrou ainda que este assunto foi tratado no âmbito da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, na qual a Câmara não tem assento, não tendo nada a ver com esse assunto.

Referiu que da parte dos reclamantes foi feita uma queixa ao Tribunal Administrativo de Mirandela e por outro lado, a Lei das Empresas Municipais tinha mudado no início do ano. Conjugando estes dois factos referiu que a Câmara não pretendia de forma nenhuma, que tudo aquilo que é feito conscientemente, seja feito, praticando alguma irregularidade.

Sempre que for possível corrigir, aquilo que poderá estar menos correcto, deve ser corrigido, não vêem qualquer problema em corrigir.

Confessou o seu interesse na aprovação das empresas no final do ano, porque existem assuntos urgentíssimos, a serem tratados, tanto no âmbito do turismo como no âmbito da agricultura.



Acrescentou sobre este assunto que, se encontra a negociar com o Ministério da Agricultura, a reestruturação dos serviços de agricultura em Vinhais, daí a importância da criação destas duas empresas.

Concluiu que foi com base nestes dois pressupostos, por um lado, a entrada da nova Lei e por outro a queixa apresentada no tribunal, que numa atitude de bom senso, entenderam trazer o assunto novamente à reunião da Assembleia Municipal.

Nas duas empresas foram aprovados já os estatutos e os estudos económicos, no âmbito da Câmara Municipal. Relembrou que não foi uma votação unânime, apesar disso foram aprovadas, naturalmente.

Agora voltam à Assembleia para serem aprovadas. Desta vez e atempadamente foi a documentação para toda a gente, por isso, não encontra motivos nenhuns para que os Senhores deputados não tenham ainda estudado com muita atenção aquilo que se propõe.

Alguns membros receberam a documentação pela segunda vez, por isso considera não valer a pena estar a dar grandes explicações sobre esta questão.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores membros se alguém pretendia usar da palavra neste ponto.

Inscreveram-se os membros:

- António Miguel
- Carlos Costa

Tomou a palavra o membro António Miguel que passou a informar que iria falar em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Referiu que o PSD em cumprimento do que foi acordado em sede de Comissão Permanente e lamentando o facto da insensibilidade da Câmara Municipal, apesar de ter sido alertada para as irregularidades ao nível da votação, e suposta urgência do assunto, iria abster-se, porque era eleitoralmente uma promessa da sua candidatura, mas em moldes diferentes, talvez uma só empresa.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa na qual cumprimentou todos os presentes, e referindo-se às Empresas Municipais relembrou o Senhor Presidente da Câmara que em Dezembro tinha apresentado uma proposta para retirar de discussão e votação as Empresas Municipais, propondo marcação para quinze dias depois. O que lhe foi dito, pelo Senhor Presidente da Câmara, foi que se tratava de um assunto, urgente e que o

assunto não poderia esperar. Afinal, esperou quatro ou cinco meses, por essa razão não percebe onde estava a urgência.

Relembrou mais uma vez que o seu partido se irá abster, porque discordam que sejam criadas duas empresas, não encontrando nenhuma razão para que sejam criadas duas empresas em Vinhais.

Questionou o Senhor Presidente da Assembleia, se poderia usar da palavra para fazer uma intervenção relativa ao ponto anterior, porque na altura não se apercebeu a tempo.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu para aproveitar a presente intervenção e meter mais assuntos.

Tomou novamente a palavra o membro Carlos Costa em que referiu que no dia doze de Abril, o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião em Bragança, nas vésperas da assinatura do acordo que pôs fim à urgência de Vinhais.

Considerou que o Presidente da Câmara de Vinhais, era de todos o que demonstrou mais vontade de por fim à urgência do concelho.

Referiu não perceber o porquê. E alertou para um precedente muito grave, porque no futuro, sempre que o governo pretender fechar alguma instituição, basta um telefonema a dizer fechem em Vinhais, e será fechada.

Relembrou ainda que muitas das reformas têm prejudicado o concelho, e o Senhor Presidente da Câmara tem prometido abrir as portas, mas seria bom que, pelo menos ajudasse a não fechar as portas.

Deu o exemplo da reforma da educação que trouxe, os resultados que estão à vista. Considerou serem os piores resultados do país. Porque não se ganhou nada com a educação, nem a escola nova em Rebordelo como tanto se prometeu.

Perderam-se alunos para outros concelhos, sendo que o mesmo se passou com os lares de terceira idade.

Relembrou que o governo disse “não” a três lares, um dos quais para Rebordelo, e não ouviu do Senhor Presidente da Câmara, uma palavra para criticar o governo.

No tocante à agricultura, referiu que se verifica a mesma situação, quando o Senhor Presidente da Câmara anuncia a criação de duas empresas municipais, para negociar com o Senhor Ministro, no sentido de manter a agricultura em Vinhais, quando a

agricultura em Vinhais, em sua opinião, já fechou ou irá fechar dentro de dias. Os agricultores terão que se deslocar a Mirandela para tratar qualquer assunto.

Voltou à questão da saúde, para referir que não percebe a posição do Senhor Presidente da Câmara, porque em entrevista com um órgão de comunicação social, ouviu dizer ao Senhor Presidente que o Senhor Ministro era incompetente e que se deveria demitir.

Não percebe o porquê de ter mudado de opinião. Em sua opinião, o Senhor Primeiro-ministro já o deveria ter feito, tanto ao Ministro da Saúde como também ao Ministro da Agricultura.

Quanto à questão do “ fecho”, alertou para o facto de qualquer dia, ninguém se admirar, se o tribunal e as finanças fecharem.

Voltou novamente à questão da saúde dando conta de algumas questões que não consegue compreender.

Referiu-se à entrevista feita ao Senhor Ministro da Saúde por um órgão de comunicação social. O jornalista questionou o Senhor Ministro do porquê de não concordar com os SAPS. A resposta que obteve da parte do Senhor Ministro foi que, prestavam um mau serviço, não recomendava o próprio pai a ir a um SAP, porque apenas tem um médico, e o melhor mesmo era procurar um hospital.

Relembrou que foi este o motivo que levou o Senhor Presidente da Câmara a proferir que o Senhor Primeiro-ministro era um incompetente.

Adiantou ainda que, agora o Senhor Ministro quer que no distrito, não fique um médico, mas sim um enfermeiro à chamada.

Sendo que isto irá permanecer até Dezembro, porque em Dezembro irá acabar tudo.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara, se o boato que se passou sobre a proposta para a criação de um lar de privados, em Rebordelo, se é verdade que tal proposta, se encontra na sua secretária.

E ainda se os encontros e reuniões que o Senhor Presidente da Câmara tem mantido com um grupo ligado à saúde, se tem alguma coisa relacionada com este lar de Rebordelo, ou se tem a ver com a sua vontade de acabar com a saúde em Vinhais, e qualquer dia passar tudo para a mão de privados.

Para terminar esclareceu que o problema do concelho não são as obras que estão a ser feitas, porque estas fazem falta, e só pecam por serem tardias. O que está em causa é fixar as pessoas, que em sua opinião, não está a acontecer no concelho.

As aldeias estão a perder gente, em cada quatro pessoas só uma fica em Vinhais.

Com o “ fecho” de tudo, o concelho irá ficar sem nada. Poderá ter obras na vila, tornando-a mais bonita, mas não se poderá fazer nada se a vila não tiver negócios, empresas e pessoas.

Referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara não é inocente neste problema, porque há vários anos que se encontra na vereação da Câmara, que faz parte do executivo da Câmara, e até agora ainda não foi apresentada uma única proposta, no sentido de fixar pessoas no concelho.

Referiu ainda que não será a Cacovin e as Empresas Municipais, que apenas servem para criar uns “ tachos”, porque basta olhar para os outros concelhos, e consegue-se ver a imagem que irá acontecer daqui por uns anos em Vinhais.

Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a abertura do Lar de Ervedosa e o Centro de Dia de Vale das Fontes. Referiu serem obras que se encontram feitas já há bastante tempo, e até hoje ainda não abriram.

Quanto ao Lar de Ervedosa referiu que a obra ainda não se encontra concluída, porque há uns arranjos exteriores e umas obras de adaptação da parte inferior do edifício, e que tendo sido pedida há cerca de um ano, uma verba para concluir essas obras – setenta e cinco mil euros, até à data ainda não foram concluídas.

A resposta que o Senhor Presidente na altura deu, foi que a responsabilidade seria da Junta de Freguesia, mas em seu entender, a responsabilidade não será só da Junta de Freguesia, mas também da Câmara, que ao longo deste ano transferiu dinheiro sem que as obras estivessem feitas. Sendo o mais importante, em sua opinião, saber o porquê de ainda não terem aberto.

Voltando à questão da fixação de pessoas, referiu que não ouviu ao Senhor Presidente da Câmara nem ao Senhor Presidente da Junta de Vinhais, uma única palavra sobre a Zona Industrial. Em sua opinião a Zona Industrial, quando foi criada, foi muito bem criada. Deu mérito a quem a criou. Apesar disso, considerou que morreu no tempo, porque nada mais foi feito pela Zona Industrial. Esta questão levantada prende-se com o facto da necessidade de se fixarem mais pessoas.

Ainda sobre a questão da Zona Industrial, referiu que ainda tem os passeios por acabar, criando uma péssima imagem, o saneamento é em sua opinião uma vergonha, e falando em interesse público, alertou para o facto de o matadouro ter os esgotos a “céu-aberto”, e no caso de o Senhor Presidente da Câmara não concordar com estas questões, passará por convidá-lo a visitar a Zona Industrial para confirmar os maus cheiros.

Para terminar aquilo que em sua opinião a Câmara deveria fazer, passaria por criar mais infra-estruturas e aumentar a Zona Industrial, criar pequenos lotes e vendê-los a um custo simbólico, fazer as infra-estruturas e cativar o interesse de privados à criação de mais pequenas empresas.

Só assim se conseguirá fixar empregos e criar postos de trabalho. Porque cada vez que há um feriado ou um fim-de-semana, em Vinhais não se vê ninguém. Esta situação não se passa noutros concelhos do distrito.

Quanto ao terreno que fica por trás do prédio que está a ser demolido, que é pertença da Câmara, deveria ser aproveitado para fazer uma urbanização, com condições para os jovens poderem construir a sua própria casa, com regras, e claro com jovens que se estabeleçam no concelho.

Concluiu que todas estas medidas e também as apresentadas pela membro Lisete Claro são medidas que deverão ser tidas em conta.

Pedi a palavra o membro António Miguel para completar a sua intervenção anterior, referindo que, uma vez que se vai votar novamente as empresas, deverão ser eleitos novamente os elementos que representam a assembleia nas empresas.

Quanto ao facto de o PSD se abster deve-se ao facto de no seu programa estar apenas uma empresa. Em termos de Comissão Permanente ficou suficientemente esclarecido, pela explicação elucidativa que, o Senhor Primeiro Secretário fez relativamente ao motivo que leva a criação de duas empresas.

Foi passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por pedir desculpa ao membro Carlos Costa, pelo facto de se poder vir a esquecer de responder a todas as questões que lhe colocou, porque falou bastante rápido e tornou-se difícil apontar todas as notas.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Senhor Carlos Costa no meio de tanta questão, “embrulhou” tudo, e por isso torna-se complicado responder a tudo.

Quanto à questão da saúde e à afirmação feita relativamente a ser o primeiro a querer encerrar o centro de saúde, de Vinhais, à noite, referiu que ninguém acredita em tal afirmação.

Informou que na referida reunião, o membro Carlos Costa não esteve presente, por isso os colegas de partido, contaram-lhe mal aquilo que realmente se passou. Porque quem

foi ao jornal a contestar as medidas do Senhor Ministro, foram os colegas de partido do membro Carlos Costa, tendo sido o contrato assinado por todos.

Quanto ao protocolo aprovado em reunião de Câmara, e aprovado pelos Senhores Vereadores, por unanimidade, na última sessão, o Senhor Dr. Gonçalves deixou claro que a questão do médico à chamada já funcionou, há já alguns tempos em Vinhais, sendo uma solução perfeitamente razoável.

Informou que o acordo feito entre todas as Câmaras do distrito e o Ministério da Saúde, é um bom acordo, porque quem mais ganhou foram os utentes, quem mais ganhou em termos de instituições tinha sido a Câmara de Vinhais e a Câmara de Vimioso, mas mais a Câmara de Vinhais. Os centros de Saúde, à noite, em Vinhais e Vimioso, partiram de uma posição de encerramento, porque entre a meia-noite e as oito da manhã, tinha uma pessoa ou menos de uma pessoa, em média, por noite. Por esse motivo, o Ministério da Saúde entendeu que, por um utente, por noite, o Centro de Saúde não poderia funcionar à noite, ou seja, não podia ter um médico, um enfermeiro, um auxiliar, assim como as luzes ligadas, o ar condicionado ligado, só para atender uma pessoa.

Referiu que se partiu de uma posição de encerramento, entretanto tinha ido a Lisboa negociar com o Senhor Ministro, e tinha-lhe sido colocada uma proposta, no sentido de fechar o SAP e ter uma Unidade de Cuidados Continuados para Vinhais.

Referiu que na altura não sabia muito bem o que fazer, e adiantou que, após as negociações, o Centro de Saúde continuou a funcionar na situação que ficaram todos os outros, ou seja, ficaram a funcionar até às vinte e duas horas da forma que vinha a funcionar, e a partir das vinte e duas horas fica um médico à chamada. A enfermeira e o auxiliar em permanência, apenas o médico fica à chamada.

Adiantou sobre esta questão que, o chamado médico à chamada, tem cerca de vinte minutos para se apresentar no Centro de Saúde, a partir do momento que aparece lá o doente, ou que o doente telefone. Relembrou mais uma vez que foi este o acordo que foi feito, e foi feito para todo o distrito, no qual o concelho de Vinhais, ganhou uma unidade de cuidados continuados. Referiu também que se pretenderem consultar o projecto, terá todo o gosto, que seja consultado. Deixou a convicção que esta unidade no antigo Centro de Saúde irá funcionar. Irá atender cerca de quarenta utentes, e criar mais de quarenta postos de trabalho.

Quanto ao discurso que refere que as escolas do concelho de Vinhais, são as piores, que os Lares não aparecem, a agricultura já fechou, o tribunal e as finanças vão desaparecer,

referiu que este mesmo discurso também o teve o Senhor Vereador Manuel Gonçalves, na última reunião.

Referiu que não consegue perceber como é que com este discurso, completamente derrotista em que acreditam, se candidataram. Questionou os Senhores membros referidos, sobre o que pretendiam governar com este discurso.

Relembrou que tem esperança no futuro e nas boas medidas que estão a ser tomadas, acredita porque sempre acreditou, e considera-se um crente e apaixonado por tudo aquilo que faz.

Não vaticina nada de miserável para o concelho de Vinhais. Compreende o problema da desertificação, informou que em Espanha, em Zamora a situação é muito mais grave. O problema não é só em Vinhais, é em todo o interior.

Informou ainda que dos doze concelhos do distrito de Bragança, Vinhais está em quarto lugar em termos de população. Deu o exemplo de Vimioso que não chega a cinco mil e Alfandega da Fé tem apenas quatro mil.

Não vê por isso motivos para se fazer o papel do “coitadinho”. Alertou para o facto de não se fazerem esse tipo de discursos, mas sim debater aquilo que é realmente importante, tentar apontar algumas soluções, para que os eventuais investidores possam investir.

Quanto à questão da CACOVIN não resolver nada, referiu que as palavras são de quem as diz.

Quanto às Empresas Municipais, solicitou que primeiro as deixassem funcionar e depois se verá se resolvem ou não resolvem.

Vai ser criada um piquete de Veterinário, um balcão único do agricultor para atender as pessoas, para que estas não tenham que se deslocar a outro sítio, e ainda vão transferir para a Câmara as competências que hoje são do Ministério da Agricultura.

Referiu ainda que lhes causa alguma perturbação, o facto de chegar à Assembleia e dizer que o Centro de Saúde se mantém aberto e que ganharam a Unidade de Cuidados Continuados. Alertou ainda que, quando menos esperarem, irão ter um outro protocolo, em que os Serviços do Ministério da Agricultura irão ser transferidos para a Câmara Municipal de Vinhais, com quatro ou cinco pessoas a atender os agricultores. Enquanto hoje apenas tem uma pessoa para abrir a porta de manhã. Actualmente não funcionam, mas deixou a convicção que irá funcionar.

Quanto ao resto virá a seu tempo.

Quanto à negociação com privados, para um lar, referiu ser sigilo, por esse motivo não revelou se está ou não a negociar. Sobre este assunto, deixou claro que, a Câmara está sempre aberta a receber pessoas que tragam para o concelho investimento.

Quanto ao Lar privado que se pensa que irá haver em Rebordelo, referiu que não é seu, mas se alguém o pretender fazer, estará à vontade. Sobre este assunto não tem informação.

Quanto à não abertura do Centro de Noite em Ervedosa, pediu ao membro Carlos Costa que perguntasse ao Senhor Padre e ao Senhor Presidente da Comissão do Lar. A obrigação da Câmara já foi feita, já foram transferidas as verbas e estão disponíveis para transferir mais, se se justificar.

Quanto ao de Vale das Fontes o Senhor Presidente da Câmara referiu que, se ainda não abriu, e se o Senhor Carlos Costa quiser saber o porquê, terá que perguntar ao Senhor Padre Pimparel e à organização. Adiantou que a Câmara, já cumpriu com o pagamento que se tinha comprometido, assim como o de Vilar de Lomba, que está nas mesmas circunstâncias.

Quanto à Zona Industrial, e ao matadouro, referiu que o matadouro está para lá das suas capacidades. Informou que este ano teve um resultado líquido como nunca tinha tido, por isso compreende que o sistema de tratamentos de resíduos do matadouro, não esteja preparado. Considerou que este facto não é motivo para se parar de trabalhar.

Estão a procurar soluções para resolver um problema de cheiros que existe. Quanto ao problema de cheiros na vila, referiu não ser recente, e que neste momento já se sabe a sua origem, e quais as empresas que dão origem a esses cheiros, estando pois a procurar uma solução para esse problema.

Quanto à questão de aumentar a Zona Industrial, referiu que o PDM consagra aquilo que está actualmente na Zona Industrial. Adiantou que em dois mil e três, foi adjudicada à Empresa PLURAL, a revisão do PDM de Vinhais, e tinha um prazo de execução que não chegava a um ano. Em dois mil e seis, estava na primeira de quatro fases, e neste momento está na última fase. Só com alteração do PDM é que é possível alargar a Zona Industrial. Estão neste momento na fase de revisão do PDM e deverá ficar pronto até ao final do ano.

Quanto à urbanização para os jovens, compreende que uma das medidas para fixar aqui a juventude, seria por terrenos à venda aos jovens. Compreende também que, o motivo que levou o membro Carlos Costa a tocar neste assunto, se prende com o facto de já ter sido aprovado na Câmara, e daí o seu conhecimento sobre o assunto. Trata-se de um



assunto que já está em execução. Irá a seu tempo haver uma maqueta da urbanização jovem, que irá surgir. Adiantou que foi aprovado o regulamento, tendo sido já publicado e as inscrições se não estão abertas, estarão muito próximas de abrir. Esta foi uma promessa eleitoral, que constava do programa e que está a ser cumprida.

Para terminar pediu desculpa ao membro Carlos Costa se por ventura se esqueceu de algum ponto.

Quanto à questão colocada pelo Membro António Miguel sobre a questão de se nomear duas pessoas para o conselho geral nas Empresas Municipais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que essa oportunidade foi perdida, porque a actual Lei prevê que não é necessário nomear ninguém, não existe o conselho geral, só existe o conselho de administração e o fiscal único, como órgãos das Empresas Municipais.

Pedi novamente a palavra o membro Carlos Costa, para referir que continua sem perceber o porquê de ter chamado incompetente ao Senhor Ministro da Saúde e o porquê de ter mudado tão rápido de opinião.

Referiu também que leu o acordo assinado, ao mesmo tempo que o Senhor Presidente da Câmara. Relembrou ao Senhor Presidente que se esqueceu de dizer as pessoas que esse acordo que referiu tem apenas a duração de um ano.

Ainda sobre a questão da Urgência, referiu que seria bom que o Senhor Presidente da Câmara garantisse às pessoas, se onde realmente vai o médico, se irá continuar a ir. Se teve essa garantia do Ministro da Saúde. Deu o exemplo de aldeias vizinhas, de concelhos vizinhos, com um médico permanente, todos os dias. A sua posição é contra o encerramento de serviços, ao contrário das políticas do governo. Porque paga os seus impostos em Vinhais, e por isso tem todo o direito como um cidadão que mora em Lisboa.

Quanto à questão da Educação, o Senhor Presidente da Câmara diz conseguir muita coisa, uma escola nova em Rebordelo, um protocolo com um pavilhão novo para Rebordelo, mas afinal ainda não se vê nenhum pavilhão.

A única coisa que consegue ver do governo é somente encerramentos.

Quanto ao facto de o Senhor Presidente da Câmara dizer que, a maneira como o seu partido pensa as coisas, para governar o concelho, não lhe permite “lá” chegar, referiu que se trata de um engano do Senhor Presidente da Câmara que tem uma ideia completamente errada a esse respeito.

Ainda sobre a questão da Zona Industrial referiu que, o Senhor Presidente retira a sua culpa naquilo que está mal, dizendo que é um problema que vem de trás. Adiantou que para as coisas que estão bem, se considera o “arquitecto”, enquanto para as coisas que estão mal, diz não ter nada a ver com isso.

Quanto à questão dos lotes para os jovens, referiu saber muito bem que foi aprovado na Câmara, a sua intervenção foi no sentido de alertar para o facto de ser possível fazer mais.

Quanto ao Lar de Ervedosa, é da opinião que o problema será também da Segurança Social, e não só da Junta, sendo o papel do Presidente da Câmara, em seu entender, também importante, no sentido de pressionar.

Sobre os protocolos da Agricultura, referiu que aquilo que é certo é que os serviços se vão perdendo.

Ainda sobre esta questão fez um apelo ao Dr. Armando Vara, uma vez amigo pessoal do Sr. Eng. Sócrates, poderá ajudar o Senhor Presidente da Câmara.

Adiantou ainda que, se o governo fizesse muito pela sua terra, iria ser muito prejudicial para o seu partido, mas ficaria muito contente pela sua terra, e colocaria o seu partido de lado.

Disponibilizou-se para lutar pelo interesse de Vinhais, como cidadão de Vinhais.

Terminada a intervenção do membro Carlos Costa, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para alertar que o que está em causa neste ponto são as Empresas Municipais. Dirigiu a palavra ao membro Carlos Costa para referir que não deve, nem pode, nem é aconselhável estar novamente a replicar, não é por não lhe merecer todo o respeito, mas sim porque não quer entrar num jogo de “pingue-pongue”. Por essa razão concluiu que cada um fica com as suas pregações, e segue a sua vida com as opiniões que cada um tem. Pediu ao membro Carlos Costa o favor de não lhe levar a mal, pelo facto de não se voltar a referir aquilo que já foi dito.

Ainda sobre a questão de chamar incompetente ao Senhor Ministro da Saúde, esclareceu que aquilo que lhe foi perguntado, num programa de rádio, foi se o Senhor Ministro da Saúde fechar os Centros de Saúde, a sua opinião foi considerar essa atitude como incompetente, mas como não os fechou não se pode dizer que é incompetente.

Terminou considerando que quem trabalha bem, não é incompetente.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de imediato à votação, tendo sido deliberado por maioria e em minuta, com onze abstenções de membros da bancada do PSD.

#### 2.6 – Apreciação de prestação de contas do ano de 2006;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara em que começou por referir que a documentação que os Senhores membros receberam relativamente a este ponto tinha sido já votado e aprovado em Reunião de Câmara Municipal. Considerou ser um documento contabilístico, e pouco político. Retrata a situação financeira na Câmara ao longo de um determinado ano. Esclareceu que no referido documento, se poderá ver para onde foi o dinheiro, como se gastou, quanto entrou, quanto há, as obras que se fizeram e as que estão a ser feitas.

No decorrer da sua explicação, foram realçados alguns aspectos entre eles, o rigor do cálculo da arrecadação de receitas previstas no orçamento, bem como a sua proveniência e a utilização de receitas correntes em investimentos.

Seguidamente explicou a realização das despesas e as transferências efectuadas ao longo do ano em causa.

Antes de se passar à votação o membro António Miguel pediu a palavra para referir que o PSD em conformidade com a votação que fez no orçamento também aqui se irá abster.

Passou-se de imediato à votação, tendo a prestação de contas e o relatório de gestão referentes ao 2006, sido aprovados por maioria com dez abstenções.

#### 2.7 – Pedreira da Moimenta – Reconhecimento de interesse Público Municipal.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar que, na aldeia da Moimenta, existe um caso flagrante no que diz respeito ao mau funcionamento das instituições, que por vezes leva ao esgotamento das pessoas, que esperam para que as coisas aconteçam.

Referiu-se ao proprietário da pedreira da Moimenta, por estar há bastantes anos à espera da legalização, ou do licenciamento da referida pedreira.

Informou que o tanto o Parque Natural de Montesinho, como a Câmara Municipal e o próprio PDM, impedem que a legalização se torne uma realidade, pelo que é necessário que a Assembleia Municipal passe uma declaração para que isso se verifique. Relembrou que a Câmara Municipal já a aprovou, porque entendeu que, o Senhor Ministro tem toda a razão de ter uma aversão às pedreiras, porque em algumas zonas do país, principalmente na zona de Fátima, existe uma calamidade no que toca à quantidade de pedreiras, mas tal não acontece no distrito de Bragança, e muito menos na Moimenta. Considerou ser uma coisa pequena e familiar que existe há muitos anos.

Deste modo, referiu que a CCDRN exigiu que a Câmara assumisse que tal pedreira existe porque é de interesse público Municipal.

Considerou que a referida pedreira em nada prejudica o ambiente, nem o país, e muito menos os Espanhóis. E por outro lado é um dos principais fornecedores da Câmara Municipal, faz falta ao concelho

Por essa razão se propõe que, tal como fez a Câmara, a Assembleia, emita e reconheça o interesse público municipal desta pedreira, na Moimenta.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia, questionou os Senhores membros se alguém pretendia usar da palavra. Pediu a palavra o membro Carlos Abel, o qual começou por cumprimentar todos os presentes, e referindo-se ao assunto em questão, considerou haver uma certa vulgarização no termo de utilidade pública. Referiu também que concorda com a opinião do Senhor Presidente da Câmara no que toca à utilidade do concelho, em termos económicos e de fixação da população. Relembrou que de deve ter sempre em conta a questão legal.

Quanto à proposta que foi fornecida, considerou-a insuficiente, porque faltam algumas condicionantes.

Passou de seguida a citar uma proposta do teor seguinte:

“Confrontado com a deliberação em relação à proposta da CMV, da declaração de interesse Público da Exploração sita “ Aligeiras”, o grupo parlamentar do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Vinhais considerando que:

1 – “ Nas áreas da REN não proibidas todas as acções de iniciativa Pública ou privadas que se traduzem em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, meios de comunicação, aterros, escavações e destruição da cultura vegetal (...);”

- 2 – Que a competência desta Assembleia só pode ser vista nesta matéria à luz de ser ela a entidade competente para aprovar o PDM;
- 3 – Que o PDM está em fase próxima de alteração e que o mesmo está sujeito às limitações da REN;
- 4- Que qualquer deliberação da Assembleia Municipal no pretendido, constitui uma situação contra a REN, ao que é portanto incompetente;
- 5 – Que a Câmara Municipal deliberou em minuta e tendo em conta a informação, reconhecer interesse público municipal, propondo-se à Assembleia Municipal a declaração de tal interesse, considerando estar em causa uma desorganização do PDM.
- 6 – Que a declaração de interesse público municipal permitam aos exploradores encontrarem os respectivos procedimentos da avaliação de impactos ambientais;
- 7 – Que as declarações de interesse Público Municipal são elementos essencial à instrução dos respectivos processos de licenciamento;
- 8 – Não tendo o PPD/PSD qualquer interesse em dificultar a actividade económica e a realização de mais valias para o nosso concelho;
- 9 – Que as entidades licenciadoras, o Estado, saberão agir dentro da Lei.

Propomos que se delibere:

Atribuir o interesse Público Municipal tal como o proposto pela Câmara Municipal e ainda condicionado a que o estudo de exploração impacto ambiental e recuperação paisagística da “ Pedreira” venha a ser elaborado no prazo de seis meses pelas entidades competentes e a que, superiormente, via legislativa, venha a ser alterado o actual sistema REN no local, bem como à posterior deliberação desta Assembleia em sede de revisão do PDM, se for esse o caso.

Os membros eleitos, Carlos Abel Almendra Frias Vieira e António Miguel Borges Silva”

Numa tentativa de simplificar a proposta referiu que aquilo que se propõe é que seja circunscrito a atribuição do interesse municipal, porque à posteriori de estar legalizada não vê qual o conveniente de ter na pedreira o interesse municipal. Porque o interesse municipal circunscreve-se única e exclusivamente ao período de legalização.

Terminada a intervenção do membro Carlos Abel, o Senhor Presidente da Assembleia, tomou a palavra para referir que não lhe parece que parte da proposta possa ser votada como tal. Quanto aos aspectos técnicos, à necessidade de um estudo de impacte

ambiental e tudo que acrescente valor à ideia de interesse municipal, considerou não ser um aspecto descabido. Porque não conhece bem o dossier, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu perceber a preocupação, lembrando que a proposta foi aprovada em reunião de Câmara, não sendo possível alterá-la. Porque a Assembleia não pode alterar uma reunião de Câmara. Lembrou também que em reunião de Câmara foi deliberado por unanimidade e em minuta reconhecer esta exploração, independentemente de quem seja, como de interesse público municipal, bem como sujeitar a aprovação da Assembleia Municipal este reconhecimento. A pedreira está já reconhecida pela Câmara, e esse reconhecimento deve ser também feito pela Assembleia Municipal.

Quanto ao documento que foi enviado, informou que foi feito por uma técnica de engenharia da Câmara, Eng. Carla Rio, onde faz todas as considerações, legais, doutrinárias, e logísticas a respeito desta matéria.

Para concluir, referiu que há três passos a dar para que a pedreira fique licenciada. Num primeiro ponto que seja reconhecida a exploração da pedreira, pela autarquia, como revestindo interesse público municipal e num segundo ponto que esteja prevista e regulamentada em plano municipal de ordenamento do território, e num terceiro passo que seja sujeita a estudo de impacto ambiental.

À Câmara compete dizer sim ou não ao primeiro ponto, tendo já dito que sim.

Qualquer alteração que possamos vir a fazer é o suficiente para chegar a CCDRN e dizer que não é isto o que a Lei exige. Porque o que a Lei exige é aquilo que está escrito na proposta, ou seja, reconhecimento pela autarquia como revestindo interesse público municipal. Por esse motivo não convém adiantar mais nada, para não correr riscos.

Reconheceu a pertinência da proposta apresentada pelo membro Carlos Abel, mas por razões meramente técnicas, solicitou para que não fosse alterado o texto da proposta e levada assim a votação.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que o essencial da proposta apresentada pelo membro Carlos Abel, acaba por estar também na proposta que a Câmara Municipal aprovou. Não reconheceu mal nenhum se a Assembleia acrescentar uma recomendação para que haja uma atenção especial nesse aspecto. Porque este tipo de coisas, só ganha em ter o máximo de apoio possível da Assembleia. Reconheceu que a proposta apresentada pelo membro Carlos

Abel tem intenção de valorizar e de ajudar e não o contrário. Por outro lado referiu rever-se na proposta da Câmara Municipal porque contém tudo.

Questionou o membro Carlos Abel se pretendia manter a proposta.

O membro Carlos Abel pediu a palavra para referir que a proposta aprovada em reunião de Câmara é no fundo vulgarizar o interesse público, porque se trata de uma questão particular, porque para todos os efeitos não deixa de ser uma empresa particular. Relativamente ao reconhecimento de uma utilidade pública, teria que se reconhecer grande parte das empresas, ou grande parte das explorações.

Adiantou que não lhe parece muito correcto que esta informação tenha sido dada dia três de Abril e foi dado conhecimento em extra agenda aos vereadores, no próprio dia da reunião. Referiu não ser sua intenção dificultar as funções económicas e tudo o que trás mais valias para o concelho. Considerou ser importante a delimitação temporal deste reconhecimento, porque ele basicamente interessa à legalização, sendo que à posteriori não terão interesse municipal na pedreira.

Concluiu referindo que nesta matéria em concreto, o Grupo Parlamentar do PSD, se irá abster, arrogando-se ao direito de à posteriori levar a efeito aquilo que achar conveniente.

Terminada a intervenção do membro Carlos Abel, o Senhor Presidente da Assembleia, questionou se a proposta seria para retirar ou para manter. Tendo sido posteriormente retirada a pedido do membro Carlos Abel.

O Senhor Presidente da Assembleia antes de passar à votação referiu que a Assembleia poderá à posteriori, se entender que não se justifica manter a utilidade municipal, aquela pedreira, retirar o interesse municipal.

Referiu mais uma vez que continua a ver a proposta bem fundamentada como uma tentativa de ajudar, mas considerou ser mais simples que o processo siga tal como está, e depois mais tarde se não forem cumpridos os requisitos que a Assembleia aprovou, poder vir a surgir uma proposta para lhe ser negado o interesse público municipal.

Passou-se de seguida à votação, tendo sido deliberado por maioria com oito abstenções, reconhecer esta exploração como interesse público municipal.

3 – Período Reservado ao Público.

Neste período reservado ao público, o Senhor Presidente da Assembleia questionou o público se alguém pretendia pronunciar-se.

Ninguém manifestou intenção de intervir.

Terminou a sessão era dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

E eu, \_\_\_\_\_, a redigi, transcrevi e assino.